

MEMÓRIA E PODER: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus

Mário Chagas - Brasil *

1ª parte – Entre a memória do poder e o poder da memória

Penso na moda 'retro' atualmente em voga. Que vem a ser esta moda? Quer dizer que se descobrem certas raízes ou que se querem esquecer as dificuldades do presente?

Jacques Le Goff

Os agentes museais confrontam-se sistematicamente com dois movimentos de memória: um que se dirige ao passado e lá se cristaliza - como lembrança que aliena e evade o sujeito de si e do seu tempo, lembrança reificada e saturada de si mesma e por isso sem possibilidade de criação e inovação – e outro que se orienta para o presente.

Dirigir-se ao passado, sem nenhuma perspectiva de mudança, implica a comemoração da ordem estabelecida, a afirmação da ordem jurídica, dos valores culturais dados, da verdade científica imposta. Orientar-se para o presente implica a operação com uma espécie de contramemória, que articula-se com a vida e se instala, como diria Nietzsche, “no limiar do instante, esquecendo todos os passados.” Segundo o autor de *Da utilidade e desvantagem da história para a vida* (1999: p.273), aquele que não for capaz desses esquecimentos não conseguirá manter-se concentrado num ponto como uma deusa de vitória e “nunca saberá o que é felicidade e, pior ainda, nunca fará algo que torne os outros felizes.” Um homem que não pudesse mais esquecer , perderia a própria humanidade e em seguida o poder de agir.

O confronto entre esses dois movimentos mantém a dinâmica da vida. A vitória do primeiro sobre o segundo configura-se como a perda da utopia, a perda dos sonhos ou a “perda do tesouro” a que se refere Hannah Arendt:

“A história das revoluções - do verão de 1776, na Filadélfia, e do verão de 1789, em Paris, ao outono de 1956, em Budapeste - que decifraram politicamente a estória mais recôndita da idade moderna, poderia ser narrada alegoricamente como a lenda de um antigo tesouro, que, sob as circunstâncias mais várias, surge de modo abrupto e inesperado, para de novo desaparecer qual fogo-fátuo, sob diferentes condições misteriosas. (...) A perda, talvez inevitável em termos de realidade política, consumou-se, de qualquer modo, pelo olvido, por um lapso de memória que acometeu não apenas os herdeiros como, de certa forma, os atores, as testemunhas, aqueles que por um fugaz momento retiveram o tesouro nas palmas de suas mãos; em suma os próprios vivos.” (1992:30-1)

Às instituições de memória, e de modo particular aos museus, é freqüentemente atribuída a função de casas de guarda do tesouro. Mas, se o tesouro foi perdido o que elas guardam? E se guardam de fato um tesouro, que tesouro é esse?

Nos museus normalmente estão guardados os testemunhos materiais de determinados períodos históricos. No entanto, a estes testemunhos materiais (alguns com valor de mercado) associam-se valores simbólicos e espirituais de diferentes matizes. Assim, o tesouro guardado nos museus não está necessariamente relacionado a valores monetários. Esse tesouro museológico, apenas aparentemente reside nas coisas, uma vez que as coisas estão despidas de valor em si. O que está em jogo é a tentativa de construção de uma tradição que possa vincular o presente ao passado (e quem sabe, por uma vereda de memória insubmissa, o passado ao presente?). Em outros termos: se o museu pode, por um lado, significar que o tesouro

foi perdido e ali está apenas o seu duplo, sem potência e sem vida; por outro, pode também lembrar que o tesouro existiu, que ele já esteve nas mãos dos vivos e que pode reaparecer abruptamente, permitindo que o sentido da vida seja reapropriado.

Pensado por essa estrada, o museu (despido também de valor em si) é um campo onde encontram-se os dois movimentos de memória e desde o nascedouro está marcado com os germes da contradição e do jogo das múltiplas oposições.

O vocábulo museu, como se sabe, tem origem na Grécia, no Templo das Musas (Museiôn). As musas, por seu turno, foram geradas a partir da união mítica celebrada entre Zeus (identificado com o poder) e Mnemósine (identificada com a memória). O retorno à origem do termo museu não tem nada de novo. Diversos textos trazem essa referência. Avançando um pouco pode-se reconhecer, ao lado de Pierre Nora (1984), que os museus vinculados às musas por herança materna (matrimônio) são “lugares de memória”; mas por herança paterna (patrimônio) são configurações e dispositivos de poder. Assim, os museus são a um só tempo: herdeiros de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados nas instituições museológicas.

É fácil compreender, por esta picada mitológica, que os museus podem ser espaços celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar com o poder da memória. Essa compreensão está atrelada ao reconhecimento da deficiência imunológica da memória em relação ao contágio virótico do poder e da inteira dependência química do poder em relação ao entorpecimento da memória. A memória (provocada ou espontânea) é construção e não está aprisionada nas coisas, ao contrário, situa-se na dimensão interrelacional entre os seres, e entre os seres e as coisas.

Com todos esses ingredientes, o agente museal está habilitado para o entendimento de que a constituição dos museus celebrativos da memória do poder decorre da vontade política de indivíduos e grupos e representa a concretização de determinados interesses. Os museus celebrativos da memória do poder - ainda que tenham tido origem, em termos de modelo, nos séculos XVIII e XIX - continuaram sobrevivendo e multiplicaram-se durante todo o século XX. Aqui não se está falando de instituições perdidas na poeira do tempo; ao contrário, a referência incide em modelos museológicos que, superando as previsões apocalípticas de alguns especialistas, sobrevivem e continuam deitando regras.

Para estes museus, a celebração do passado (recente ou remoto) é a pedra de toque. O culto à saudade, aos acervos valiosos e gloriosos é o fundamental. Eles tendem a se constituir em espaços pouco democráticos onde prevalece o argumento de autoridade, onde o que importa é celebrar o poder ou o predomínio de um grupo social, étnico, religioso ou econômico sobre os outros grupos. Os objetos (seres e coisas), para os que alimentam estes modelos, são coágulos de poder e indicadores de prestígio social. Distanciados da idéia de documento, eles querem apenas monumentos. O poder, por seu turno, nestas instituições, é concebido como alguma coisa que tem locus próprio, vida independente e está concentrado em indivíduos, instituições ou grupos sociais. Essa concepção está distante daquela enunciada por Foucault:

“O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E ‘o’ poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apóia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalista: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.” (1997: p.89)

A tendência para a celebração da memória do poder é responsável pela constituição de acervos e coleções personalistas e etnocêntricas, tratadas como se

fossem a expressão da totalidade das coisas e dos seres ou a reprodução museológica do universal, como se pudessem expressar o real em toda a sua complexidade ou abarcar as sociedades através de esquemas simplistas, dos quais o conflito é banido por pensamento mágico e procedimentos técnicos de purificação e excludência.

As relações estreitas entre a institucionalização da memória e as classes privilegiadas têm favorecido esta concepção museal. Não é fruto do acaso o fato de muitos museus estarem fisicamente localizados em edifícios que um dia tiveram uma serventia diretamente ligada a estâncias que se identificam e se nomeiam como sedes de poder ou residência de indivíduos “poderosos”.

Importa esclarecer, no entanto, que os museus surgidos com caráter celebrativo não estão maculados por pecado original e fadados à reprodução de modelos que eliminam a participação social e a possibilidade de conexão com o presente. Até mesmo porque essa afirmação seria a negação do entendimento do museu como um “corpo” por onde o poder circula. Assim, dentro dos próprios museus desenvolvem-se canais de circulação de poder que permitem a produção de programas, projetos e atividades que traem a missão original da instituição. Para o bem e para o mal os museus não são blocos homogêneos e inteiramente coerentes. Alímesmo em suas veias circulam corpos e anticorpos, memória e contramemória, seres vivos e mortos. De qualquer modo, para além dessa visão microscópica, não se deve desconsiderar as tendências gerais predominantes. Interessa aqui afirmar que alguns museus, dando provas de que a mudança é possível, buscam transformar-se em equipamentos voltados para o trabalho com o poder da memória.

O diferencial, neste caso, não está no reconhecimento do poder da memória, mas sim na colocação desse poder ao serviço do desenvolvimento social, bem como na compreensão teórica e no exercício prático da apropriação da memória e do seu uso como ferramenta de intervenção social.

Trabalhar nesta perspectiva (do poder da memória) implica afirmar o papel dos museus como agências capazes de servir e de instrumentalizar indivíduos e grupos para o melhor equacionamento de seu acervo de problemas. O museu que adota este caminho não está interessado apenas em ampliar o acesso aos bens culturais acumulados, mas, sobretudo, em socializar a própria produção de bens, serviços e informações culturais. O compromisso, neste caso, não é com o ter, acumular e preservar tesouros, e sim com o ser espaço de relação, capaz de estimular novas produções e abrir-se para a convivência com as diversidades culturais.

Operando com objetos herdados ou construídos, materiais ou não-materiais, os museus trabalham com o já feito e já realizado, sem que isso seja, pelo menos em tese, obstáculo para a conexão com o presente. Essa assertiva é válida tanto para os museus de arte contemporânea, quanto para os ecomuseus envolvidos com processos de desenvolvimento comunitário. A questão fundamental, como indicou Le Goff, é saber se a instituição museológica está aderindo ao passado e à moda “retro” para compreender e atuar aqui e agora ou para esquecer “as dificuldades do presente”. Em qualquer hipótese, remontar (museograficamente) ao passado é reinventar um passado, uma vez que dele guardam-se apenas restos. Contudo, à tentativa de “esquecer as dificuldades do presente” alia-se muitas vezes um movimento de promoção passadista que, vinculando o conceito de patrimônio aos objetos materiais, busca afirmar que a memória e a história estão sendo preservadas, sem conflito, sem contestação, sem produção inovadora. (Le Goff, 1986: p.55).

Trabalhar com a perspectiva de um movimento de memória que se conecta estrategicamente ao presente sem querer esquecê-lo, mas olvidando necessariamente alguns aromas do passado, conduz o agente museal ao reconhecimento de que aquilo que se anuncia nos museus não é a verdade, mas uma leitura possível, inteiramente

permeada pelo jogo do poder. Onde há memória há esquecimento e “lá onde há poder há resistência”.(Foucault, 1997: p.91) A possibilidade de múltiplas leituras resgata para o campo museológico a dimensão do litígio: é sempre possível uma nova leitura. Onde há poder há memória.

O poder em exercício empurra a memória para o passado, subordinando-a a uma concepção de mundo, mas como o passado é um não-lugar e o seu esquecimento é necessário, as possibilidades de insubordinação não são destruídas. O tesouro perdido não está no passado, está perdido no presente, mas importa lembrar (ou não esquecer) que ele pode surgir abruptamente incendiando os vivos.

2ª parte – O acervo de problemas e o patrimônio espiritual

“A agonia das coleções é o sintoma mais claro de como se desvanecem as classificações que distinguem o culto do popular e ambos do massivo.”

Néstor Garcia Canclini

Os estudos até agora desenvolvidos permitiram perceber que onde há memória há poder e onde há poder há exercício de construção de memória. Memória e poder exigem-se. O exercício do poder constitui “lugares de memória” que, por sua vez, são dotados de poder. Nos grandes museus nacionais e nos pequenos museus voltados para o desenvolvimento de populações e comunidades locais, nos museus de arte, nos de ciências sociais e humanas, bem como nos de ciências naturais o jogo da memória e do poder está presente, e em conseqüência participam do jogo o esquecimento e a resistência. Este jogo concreto é jogado por indivíduos e coletividades em relação. Não há sentido imutável, não há orientação que não possa ser refeita, não há conexão que não possa ser desfeita e refeita.

Ao tratar dos dois movimentos de memória, com orientações vetoriais distintas, tratei esquematicamente de sublinhar a vinculação com o passado ou a conexão com o presente, mas esses movimentos são complexos e não são lineares, existem avanços e recuos em diversos sentidos.

Para finalizar quero introduzir um debate que talvez interesse, de modo especial, aos museus voltados para o desenvolvimento social e a operação com um acervo de problemas que afetam indivíduos e grupos a eles ligados.

As experiências que nos anos 70 opunham-se teórica e praticamente ao caminho adotado pelos museus clássicos, de caráter enciclopédico, desaguaram caudalosas nos anos 80, permitindo a construção de veredas alternativas e a busca de sistematização teórico-experimental. Entre essas experiências quero destacar as seguintes:

1º O Museu Nacional do Níger, em Niamei. Existindo pelo menos desde 1958, esse museu ganhou notoriedade na década de 70. Trata-se de um projeto original desenvolvido por Pablo Toucet (1975: p.32-5), museólogo e arqueólogo catalão em exílio, sensível às necessidades e problemas da população. Numa área de aproximadamente 24 hectares instalou-se um complexo museológico que no dizer de Hugues de Varine, abrangia:

“um museu etnológico ao ar livre, jardim para crianças, jardim zoológico e botânico, lugar para espalhar e passear, para os desfiles de moda africana e européia, e centro para a promoção de um artesanato de qualidade que fabrica objetos úteis; constitui, afinal a maior escola de alfabetização e, quando é o caso, um centro de difusão de programas musicais.” (1979: p. 73)

2º A Casa del Museo, no México. Após a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) o Museu Nacional de Antropologia do Instituto Nacional de Antropologia e História do México lançou o Projeto experimental a Casa del Museo, em três áreas populares: Zona do Observatório, El Pedregal de Santo Domingo e Nezahualcoytl. A prática nessas áreas apontou para uma concepção museológica, segundo a qual o museu passava a ser um veículo de educação e comunicação integrado ao desenvolvimento da comunidade. Como assinala Moutinho:

Aconteceu, porém que o sucesso do trabalho em El Pedregal, fruto aliás dos ensinamentos recolhidos na primeira experiência [Zona do Observatório] e que em 1980 se cimentavam através do curso de formação de novos museólogos [cidade Nezahualcoytl], foi pressentido pelos conservadores da museologia tradicional como uma ameaça aos museus instituídos.(...) Num meio adverso, receoso de mudança, ao projeto da Casa do Museu foram sendo retirados progressivamente todos os apoios, de modo que em 1980 foi dado por encerrado. (1989: p.39-40)

3º Museus locais em Portugal. Após a Revolução de abril de 1975, diversas experiências museológicas aconteceram em Portugal, decorrentes de iniciativas locais, realizadas por associações culturais ou autarquias. Alguns museus surgidos ou transformados com base nessas experiências passaram a considerar as suas coleções como um “meio” para a realização de trabalhos de interesse social; suas intervenções ampliaram-se e orientaram-se para a valorização da localidade, o fomento do emprego e as áreas de comunicação e educação. Como afirma o responsável pelo Museu Etnológico de Monte Redondo:

Esta é a verdadeira riqueza [tesouro] que estes museus contém, riqueza essa sempre em transformação, e em correspondência, com os processos de transformação que abrangem todas as áreas da vida do país.

É nossa convicção que o acervo de um novo museu é composto pelos problemas da comunidade que lhe dá vida. Assim sendo, fácil é de admitir que o novo museu tem de ser gerido e equipado por uma forma a poder lidar com um acervo, cujos limites são de difícil definição e pior ainda, sempre em contínua mudança. (1985: p.46)

O esforço para sistematizar as novas experiências museológicas e marcar as diferenças com outros referenciais teóricos levou os especialistas a estabelecerem o seguinte quadro esquemático:

Museu tradicional = edifício + coleção + público

Ecomuseu/Museu Novo = território + patrimônio + população

Visualizo aqui um problema teórico-prático de grande interesse museológico. Como busquei demonstrar a relação entre memória e poder nos museus não é fortuita

ou ocasional, ao contrário faz parte da própria constituição museal. Ainda que nos museus tradicionais essa relação alcance maior visibilidade através do edifício (tipologia arquitetônica), da coleção (anéis, armas, bandeiras, pinturas e esculturas monumentais, coroas e artefatos de povos “primitivos”), do público (vigado, seletivo e pouco participativo) e do discurso museográfico; ela não está ausente nos projetos alternativos de museus, sejam eles ecomuseus, museus regionais, comunitários, locais ou tribais. Contudo, é preciso reconhecer que nesses casos ela ganha algumas especificidades.

Também nos ecomuseus a memória poderá estar orientada para o passado ou para o presente, também ali ela poderá vir a ter uma função emancipadora ou coercitiva. O modelo não tem funcionamento automatizado e a prática tem permitido compreender que ecomuseus também se tradicionalizam.

O termo território, por seu turno, exige cuidado conceitual. O estabelecimento e a defesa de territórios museológicos não têm valor em si. A prática de demarcação de territórios pode também ser excludente e perversa. Qual é afinal de contas o território do humano? Arrisco-me a pensar que as práticas ecomuseológicas não têm sido sempre de territorialização, ao contrário elas movimentam-se entre a territorialização e a desterritorialização, sem assumir uma posição definitiva. Lembro-me de um dos responsáveis pelo Museu Etnológico de Monte Redondo, dizer em certa reunião de trabalho: “O Museu é a Taberna do Rui quando lá nos reunimos para a tomada de decisões, e também a casa do Joaquim Figueirinha, em Genebra, quando lá estamos trabalhando.” Não há noção de território que suporte esses deslocamentos abruptos. De outra feita, essa mesma pessoa achava importante fazer coincidir o território de abrangência física do Museu Etnológico com um mapa da Região de Leiria em termos medievais (Gomes, 1986: p. 9). As idéias: museu estilizado, museu de múltiplas sedes, museu descentralizado, museu com antenas e outras, são ao meu ver, a confirmação do que aqui foi exposto.

Se por um lado, marcar o território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e a afirmação dos saberes locais frente aos processos homogeneizadores e globalizantes; por outro, assumir a volatilidade desse território pode implicar a construção de estratégias que favoreçam a troca, o intercâmbio e o fortalecimento político-cultural dos agentes museais envolvidos.

O conceito de patrimônio também não é pacífico, envolve determinados riscos e pode ser utilizado para atender a diferentes interesses políticos. Portanto, ao se realizar uma operação de passagem do conceito de coleção para o de patrimônio, os problemas foram ampliados. No entanto, as práticas ecomuseológicas também aqui não parecem, em muitos casos, reforçar a idéia de coleção ou mesmo de patrimônio, concebido como um conjunto de bens culturais. Práticas museológicas como as do Museu Didático-Comunitário de Itapuã (BA), do Ecomuseu de Santa Cruz (RJ) ou do Museu Etnológico de Monte Redondo operam com o acervo de problemas dos indivíduos envolvidos com os processos museais. O que parece estar em foco, aqui também, é uma descoleção, na forma como a conceitua Canclini. (1997: p.283-350).

Nos três casos, não há uma preocupação patrimonial no sentido de proteção do passado, mas sim um interesse na dinâmica da vida. Em outros termos: o interesse no patrimônio não se justifica pelo vínculo com o passado seja ele qual for, mas sim pela sua conexão com os problemas fragmentados da atualidade, a vida dos seres humanos em relação com outros seres, coisas, palavras, sentimentos e idéias. Assim, é no pólo população, com suas múltiplas identidades, que se encontra, ao meu ver, o desafio básico do museu.

Questão síntese: o repto para as propostas museológicas alternativas que teimam em não perder o seu potencial transformador não estará colocado na utilização

do poder da memória ao serviço dos indivíduos e das sociedades locais, cada vez mais complexas?

O que está em jogo nos museus é memória e é poder, logo também é perigo. Um dos perigos é o exercício do poder de forma autoritária e destrutiva, outro é a saturação de memória do passado, a saturação de sentido e o conseqüente bloqueio da ação e da vida.

* Mestre em Memória Social e Documento-UNIRIO / Doutorando em Ciências Sociais- UERJ
Professor da Escola de Museologia-UNIRIO

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, A.A. (org.). Produzindo o passado. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARENDETT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1992
- BAUDRILLARD, Jean. A ilusão do fim ou a greve dos acontecimentos. Lisboa: Terramar, 1992.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CANCLINI, Nestor Garcia. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DEPARTAMENTO do Patrimônio Histórico/ Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, 1992.
- FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Lisboa: Portugal Editora, 1966.
- _____. História da loucura. São Paulo: Perspectiva, 1972
- _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- _____. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- GADOTTI, Moacir. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.
- GIRAUDY, Danièle e BOUILHET, Henri. O museu e a vida. Rio de Janeiro: FNPM, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, Belo Horizonte: UEMG, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GOMES, Saúl António. Documentos medievais sobre Monte Redondo. Monte Redondo: Museu Etnológico. Coleção Cadernos Patrimônio 2, 1986.
- HALBWACHS, Maurice. La mémoire collective. Paris: PUF, 1968.
- HERNÁNDEZ, F.H. Manual de museología. Madrid: Síntesis, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric J.. Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- INSTITUTO Brasileiro do Patrimônio Cultural. Ideólogos do patrimônio cultural. Rio de Janeiro. Cadernos de debates no. 1, 1992.
- KRISHNAMURTI, J. Liberte-se do passado. São Paulo: Cultrix, 1971.
- LE GOFF, Jacques (org.) Enciclopédia Einaudi. Memória - História, v.1. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.
- _____. Reflexões sobre a história. São Paulo: Edições 70, 1982.
- LEON, Aurora. El Museo. Madrid: Ediciones Cátedra, 1988.
- MICELI, S. (org.) Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: DIFEL, 1984.
- MOUTINHO, Mário. Museus e Sociedade. Monte Redondo (Portugal): Museu Etnológico, Col. Cadernos do Patrimônio, no 5, 1989.
- NICOLAS, Alain. (org.) Nouvelles Muséologies. Marseille: Association Museologie Nouvelle et Experimentation Sociale, 1985.
- NIETZSCHE, F. Obras incompletas. São Paulo: Nova cultural, 1999.
- NORA, P. Mémoire et Histoire - la problematique des lieux. Les lieux de mémoire. vol. I. La République. Paris: Gallimard, 1984.

- RIVIÈRE, Georges Henri. *Muséologie*. Paris: Dunod, 1989.
- SANTOS, Maria Célia T. M. *Processo museológico e educação - Construindo o Museu Didático – Comunitário*. Prof. Lomanto Júnior, em Itapuã (tese de doutoramento em Educação) Salvador: UFBA, 1995.
- SANTOS, Myrian S. dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. Em: RCBS, n.23, ano 8, outubro de 1993.p.71-84
- SCHWARCZ, Lilia K.M.. O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. Em: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Finep/Vértice, 1989.
- SUANO, M. O que é museu? São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TOUCET, Pablo. Um museu original a céu aberto. Em: O Correio. Abril, 1975. p.32-5
- VARINE, Hugues. Entrevista. Em: ROJAS, Roberto (org.). *Os museus no mundo*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.

É impossível não estabelecer uma conexão entre essas idéias de Nietzsche e o conto de Jorge Luís Borges, denominado: Funes, o memorioso.

Faço coro com Jacques Le Goff: “Pessoalmente, não hesito em usar as expressões de Michelet quando dizia que o patrimônio é espiritual. Com isto entendo a introdução no campo do patrimônio de uma noção da diversidade das tradições, os movimentos insurrecionais, os de contestação, tudo o que permitiu a um povo ser aquilo que é. Fazer coincidir este conceito com objetos de um passado mitizado é perigosíssimo.” (1986: p.54-5)

Em termos administrativos e gerenciais essa missão deveria ser reavaliada e revista de quando em quando.

À medida em que se aproximam o fim do ano, o fim do século e o fim do milênio, a moda “retro” se amplia. É como se o presente perdesse força e vigor e o passado sugasse os sujeitos da história para o seu ventre de Saturno.

Exemplos de promoção passadista na Polônia, na Itália e na França são analisados por Le Goff no livro *Reflexões sobre a história*. Esse autor identifica no conceito de patrimônio apontando para o passado um grande perigo.

Esses museus herdaram “conceitos novecentistas que os condenaram a ser um templo sacrossanto e abstrato da cultura (...).” (Monreal, 1979: p.104)

Em 1984, foi criado o Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM).

Dirigiu também escavações em sítios arqueológicos na Tunísia.

A professora Myrian S. dos Santos, minha orientadora de doutorado, estimulou essa reflexão com a seguinte questão: abandonar a idéia do edifício, como elemento definidor do museu, não é também abrir mão do território?